

Os devedores insistem na negociação política

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os países devedores da América Latina vão propor aos países credores uma reunião conjunta em fevereiro, para deflagração do diálogo e negociação política em torno do endividamento da região, que já alcança US\$ 350 bilhões. Os 11 países signatários do Consenso de Cartagena — Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru, República Dominicana, México, Venezuela e Uruguai — vão propor que essa reunião se realize em São Domingos, República Dominicana, logo depois da reunião deles, nos dias 7 e 8.

Enquanto os chanceleres dos principais países devedores da América Latina se reuniam em foro paralelo, a Organização dos Estados Americanos (OEA) continuava discutindo a proposta do chanceler norte-americano George Shultz, para que os países em desenvolvimento estimulem a entrada de investimentos estrangeiros. Até ontem, apenas o Chile, em reuniões na Comissão de Assuntos Econômicos e Sociais, havia aceitado sem restrições a proposta norte-americana.

Os signatários de Cartagena vão propor a seis países industrializados — Estados Unidos, Canadá, Japão, França, Alemanha e Itália — a abertura de canal para um diálogo direto, nos moldes da Asean (Associação dos Países do Sudeste Asiático). Essa associação mantém reuniões formais, periodicamente, com os países industrializados, para resolver problemas econômicos e sociais que preocupam ambos os lados.

“Foi uma idéia brilhante que surgiu na reunião de hoje (ontem)”, explicou eufórico, o chanceler colombiano, Augusto Ocampo. A princípio, os devedores pretendem convidar dois ministros de Relações Exteriores e dois ministros de Finanças de países industrializados, e mais um representante da Comunidade Econômica Européia (CEE). O



Para os devedores, a proposta de Shultz é ‘irreal’

interesse maior é para que os ministros sejam dos Estados Unidos, Inglaterra, Canadá e Japão, os principais credores da região.

ABERTURA PARA O DIÁLOGO

Informações dos devedores indicam que a proposta começou a ser delineada depois do encontro, domingo, com o chanceler George Shultz. Consideram os latino-americanos que “houve a abertura da porta para o diálogo”, não obstante o governo dos EUA insistir que a dívida externa é um problema econômico e, como tal, não merecerá o tratamento político desejado pelos endividados. “Queremos romper o gelo e dialogar”, insiste Ocampo, apoiado pelos demais chanceleres.

Para os devedores da América Latina, a proposta de George Shultz para que a dívida seja solucionada por meio de estímulo à entrada de capital de risco é simplesmente irreal. Afinal, no caso brasileiro, por exemplo, até hoje só entraram US\$ 21 bilhões

em investimentos, mesmo com todo o estímulo dado pelo governo. A proposta dos EUA foi reiterada na Comissão de Assuntos Econômicos e Sociais da OEA e mereceu rejeição do Brasil, Argentina e México, principalmente. A preocupação desses países é de que os EUA querem investir prioritariamente em setores estratégicos. No Brasil, o setor mais visado é a informática.

LIBERALIZAÇÃO

Mais do que investimentos, os países latino-americanos insistem na necessidade de liberalização do comércio. Nesse sentido, ontem na OEA eles consideraram que, embora dois países da região sejam os principais beneficiários do Sistema Geral de Preferências (SGP), ainda é inadequado o tratamento do atual sistema. Reconheceram que, dada a mudança recente da lei, ainda não se pode discutir a fundo suas implicações totais, mas é importante que os EUA tenham a possibilidade de conhecer a inquietude dos Estados-membros da OEA.